

## ATA Nº13/02 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1  
2 Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente às  
3 dezenove horas no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, a  
4 Plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: **1)Leitura e aprovação da ata nº12/02;**  
5 **2)Informes; 3) Oferta de Serviços à Central de Marcação de Consultas**  
6 **Especializadas e Central de Regulações de Internações Hospitalares com ênfase à**  
7 **Traumato-ortopedia e Otorrinolaringologia. Conselheiros presentes:** Nei Carvalho,  
8 Zenaide Ribeiro, Vanda da Silva, Paulo Ricardo Barbosa, Riograndino de Oliveira,  
9 Ronald Wolff, Luis Carlos Alves, Darcy Dias, Janete Mengue da Silva, Neuza  
10 Heinzelmann Ione Nichele, Osmar Maschio, Jaci dos Santos, Cecília Pedroso, Maria  
11 Encarnacion Ortega, Regina Lender, Francisco Mazzuca, Paulo Renato Viaro, Ana Cirne,  
12 José Carlos Pintado, Gema Conte Piccinini, Célia Ruthes, Rosa Harzhein, Paula Fiori,  
13 André Gonzáles, Sônia Mansur, Rosângela Schneider, Marne da Porciúncula, Jairo  
14 Tessari, Roger dos Sntos Rosa (FJ), Irineu Grimberg, Daniel Silveira, Reny Bigolin,  
15 Joaquim Kliemann, Maria Lectícia de Pelegrini (FJ) e Leda Fantinelle. **Não**  
16 **Conselheiros:** Susana Jardim, Luiz Walter J. Dornelles, Luiz Carlos Weber, Lilia  
17 Ravanello, Tania Faillace, Lenita Parisotto, Luiza dos Santos , Katia Comerlato, Raquel  
18 Rodrigues, Denise dos Santos, Maria Simone Pan, Fabrício Casanova, Elisiane de Carli,  
19 Ana Paula Hannusch, Adriano da Rosa Girasol, Aline Pedroso de Oliveira, Diego  
20 Joelschuh, Amanda Moreira de Barros, Márcia Ribeiro Duarte, Camila Boff, Roselaine  
21 Murlik, Rafael Malinsky, Gerci Rodrigues, Débora Lautenschlager, Thiago T., Gustavo  
22 Gusso, Carlos Alberto Maidana, José Strappazon, Renato Roittmann, Denise  
23 Nascimento, Valdir Nunes Pedroso, Neusa Siqueira, Silvio Gomes, Betriz Madruga, Ana  
24 Alaide Freitas, Léo Kumpinski, Waldenir Siqueira, Luiza Maria Ribeiro, Maria Lúcia  
25 Baldasso, Donatela Ramos, Maria de Fátima Rigatti, Marcelo Caldeira, Silvia Martins,  
26 Charles Prates, Maria da Glória Sirena, Rosane Ciconet, Roberto Coral, Armando de  
27 Negri Filho, Suzane Kummer, Júlio Boehl e Tais Monte. **1)Leitura e aprovação da ata**  
28 **nº12/02:** Conselheira Ana Cirne faz a leitura, que após correções é aprovada com 21  
29 votos a favor e 09 abstenções. **2)Informes:** Conselheira Sônia convida para o Seminário  
30 Atuação do Nutricionista na Promoção da Saúde Mental, promovido pelo Conselho  
31 Regional de Nutricionista e Comissão de Saúde Mental, dia 12.07 no IMEC. Sr. Carlos  
32 Alberto, Fórum de Saúde Mental convida para manifestação em Defesa da Reforma  
33 Psiquiátrica e pela Reafirmação da Luta Antimanicomial, na Esquina Democrática dia  
34 05.07 às 14:00h. Silvia, Secretaria Executiva, convida para inauguração do PSF Osmar  
35 Freitas dia 06.07 e para o Seminário de Saúde: Saúde e Consciência Social promovido  
36 pela UAMPA dia 06.07. Faz a leitura do ofício do Hospital Banco de Olhos, em resposta à  
37 solicitação do Conselho Municipal de Saúde, na qual informa que o serviço de  
38 emergência terá início em 24.07. **3) Oferta de Serviços à Central de Marcação de**  
39 **Consultas Especializadas e Central de Regulações de Internações Hospitalares**  
40 **com ênfase à Traumato-ortopedia e Otorrinolaringologia:** Silvia faz a leitura do  
41 convite (ofício nº87/02, cópia anexa) enviado à Direção dos hospitais: Cristo Redentor,  
42 Parque Belém, Petrópolis, Independência, Clínicas, Pronto Socorro, Santa Casa e PUC,  
43 aos Procuradores do Ministério Público Federal e Estadual e Coordenadores da Gerência  
44 de Regulação dos Serviços de Saúde-GRSS, Central de Marcação de Consultas  
45 Especializadas e Central de Regulações de Internações Hospitalares. A seguir faz a  
46 leitura do ofício n.º 388/02 (cópia anexa) do Hospital de Clínicas justificando a ausência e  
47 a relação de confirmação do Hospital Petrópolis, HPS, Parque Belém, PUC e Santa Casa  
48 que confirmou sua presença à SMS. Coordenador Humberto explica o motivo desta  
49 pauta, pois a população tem se manifestado de vários modos e o Conselho tem recebido  
50 uma série de reclamações e denúncias em relação às Consultas Especializadas e  
51 hospitalizações. São dificuldades que sempre existiram em Porto Alegre e a Central de  
52 Marcação de Consultas começou a visualizar quais são e onde faltam. De um lado as

53 queixas dos prestadores em relação ao retorno às consultas, ao absenteísmo e do outro  
54 a dificuldade da SMS em não conseguir as consultas necessárias. O CMS aprovou  
55 verbas da Municipalização Solidária para este fim e se não resolver neste momento a  
56 proposta é iniciar a discussão sobre este problema em conjunto com os prestadores.  
57 Agradece os hospitais presentes por entenderem que é no Conselho que são discutidas  
58 as questões referentes à saúde no município. Dra. Ana Coutinho, Coordenadora da Rede  
59 de Atenção Especializada da SMS, inicia a apresentação, destacando seu grupo de  
60 trabalho e elogia as Gerentes Distritais pelo trabalho de mapeamento de seus territórios  
61 de atuação, que facilitou a avaliação e o levantamento dos maiores problemas.  
62 Apresenta a demanda reprimida da rede municipal totalizando 44.117 usuários com  
63 destaque à Ortopedia – 9218 usuários, Otorrinolaringologia – 6690 usuários, Neurologia  
64 – 6414 usuários, Cirurgia vascular – 4572 usuários, Oftalmologia – 3903 usuários,  
65 Proctologia – 2479 usuários, Urologia – 2070 usuários e Endocrinologia – 1377 usuários.  
66 A seguir destaca algumas ações efetivadas para responder a estas necessidades sociais  
67 em especial a Traumato-Ortopedia: qualificação da demanda reprimida dos usuários  
68 avaliados por Ortopedistas do Centro de Saúde IAPI e Vila dos Comercários;  
69 qualificação das consultas agendadas para os próximos 6 meses da Santa Casa,  
70 Clínicas, Cristo Redentor e Independência; otimização do aumento de ofertas do Clínicas  
71 = 8 cirurgias mensais, desde 14 de maio de 2002. Oferta de outras consultas, desde  
72 maio de 2002, pendente especificar quantidade; participação no Comitê de Traumato-  
73 Ortopedia. Otorrinolaringologia: qualificação da demanda reprimida; otimização de  
74 aumento de ofertas do HCPA e Santa Casa = 19 cirurgias mensais pela Portaria 44,  
75 desde 14 de maio de 2002; solicitação de estudo de custo benefício da Cabine de  
76 Audiometria do Centro de Saúde Santa Marta (relatório cópia anexa). Dr. Julio Bohel,  
77 Coordenador da GRSS/SMS destaca o número de usuários aguardando a resolução de  
78 seus problemas e avalia que Traumato-Ortopedia e Otorrino devem ser priorizadas.  
79 Observa que as ofertas do hospital Petrópolis e Parque Belém, embora não ofereçam um  
80 ambulatório formal para procedimentos, estão atendendo. Ressalta que os 25% das  
81 primeiras consultas, pelos prestadores estão como um número a ser conquistado.  
82 Pretende-se adequar a oferta das instituições às necessidades, ampliar o número de  
83 consultas resolutivas e procedimentos cirúrgicos. Tem havido menos sensibilidade e  
84 disponibilidade de ofertas para Otorrino do que Traumato, Proctologia e Cirurgia  
85 Vascular. Cita a Santa Casa que ampliou a oferta de serviços, mas em Otorrinologia, a  
86 oferta é menor. Sugere que os mutirões sejam realizados em finais de semana ou em  
87 horários diferenciados. Dr. Léo Kumpinski informa que o Hospital Petrópolis, um pouco  
88 antes de se credenciar, realizou a revisão de cirurgias feitas. Questiona Dra. Ana sobre  
89 as quatro prioridades na Traumato, onde está a demanda reprimida e em que casos. Diz  
90 que uma ruptura de menisco pode esperar, já uma artoplastia de quadril não cimentada é  
91 emergência, e ocorre muito em idosos não podendo esperar. Relata a dificuldade com os  
92 prestadores de serviço, RX, Medicina de Imagem pois recebem R\$ 3,00 para fazer uma  
93 radiografia. Os anestesistas não querem trabalhar porque ganham pouco. Explica que  
94 para uma fratura de fêmur um paciente deve ficar seis dias no hospital. Com agilização,  
95 fica três voltando no sexto para revisão. O protocolo porém não permite que saia antes.  
96 Propõe que seja visto isto. Conselheira Encarnación pergunta como fica o paciente que  
97 não tem como se locomover. Dr. Léo informa que alguns pacientes tem conseguido  
98 ambulância para locomoção, caso contrário o paciente fica um mês ocupando leito  
99 impedindo que outros sejam atendidos. Conselheiro Deoclides diz que a diferença é que  
100 no interior tem bastante ambulância. É compromisso do Hospital dar alta ao paciente  
101 somente quando este tem condições de sair. Dr. Júlio informa que há determinação que  
102 existe um tempo mínimo de internação é uma crítica nacional ao Sistema de Autorização  
103 de Internação Hospitalar – AIH, e também há as peculiaridades da instituição  
104 conveniada. Conselheira Ione quer entender a demanda reprimida e como os

105 atendimentos estão sendo feitos. Existem pessoas esperando há tempos e outros que  
106 pagam uma consulta e são encaixados pelo SUS. Dr. Luis Carlos Weber, Promotor do  
107 Ministério Público Federal aprova a colocação da Conselheira Ione. A igualdade não  
108 existe em Porto Alegre. Compara a situação a um queijo Suíço e as pessoas que se  
109 dispõem a pagar consulta, tratamento ou cirurgia, fazem os furos do queijo também. Os  
110 profissionais, os Sindicatos da Saúde, os servidores da União Federal também  
111 colaboram com furos maiores. Existem outros privilégios no sistema. O Ministério Público  
112 sugere que o acesso ao sistema seja realizado por uma única porta para que os  
113 profissionais médicos ou de outras especialidades não acabem enriquecendo com o uso  
114 deste expedientes. A Central de Consultas e de Leitos é um caminho para a solução  
115 destes problemas. O controle centralizado vai trazer a visão da demanda reprimida  
116 porque soma a realidade dos diversos locais. Sra. Tânia relata um caso familiar e quer  
117 saber se é legal a Prefeitura mandar embora do Centro de Saúde Vila dos Comerciantes  
118 um idoso em surto psiquiátrico porque não tem recursos para garantir a integridade física  
119 do mesmo. Conselheira Rosa defende o usuário que paga. Não justifica, mas explica por  
120 parte do mesmo, que está esperando e que tem dor. Não justifica, porém, o prestador  
121 porque está passando por cima do contrato feito. Dra. Glória, Diretora do CS Vila dos  
122 Comerciantes informa que o Hospital São Pedro e o Espírita atendem pacientes  
123 encaminhados deste serviço, via Central de Regulação e Internações. Dr. Armando De  
124 Negri Coordenador da Assepla informa que existe insuficiência de internações na área  
125 das especialidades. Em relação a verbas Federais a necessidade de aumentar 20% do  
126 que existe para suprir as necessidades. Faltam R\$ 177.000.000,00 no SUS/RS e o não  
127 repasse deste recurso fragiliza. O CMS deve levar esta demanda para o CES e fazer  
128 pressão política. Na área da Traumatologia-Ortopedia, os procedimentos que entram na frente  
129 são os mais caros, são de ordem econômica. As Centrais de Regulação ajudam a  
130 controlar, mas não é simples de ser constituída. Há corrupções grandes e pequenas no  
131 sistema e os usuários acabam se tornando partícipes. A capacidade de controlar isto  
132 como gestor é limitada. É preciso pautar e discutir juntos envolvendo Prestadores,  
133 Conselhos e o conjunto dos trabalhadores em saúde. Conselheiro Deoclides conclui que  
134 há necessidade de reorganizar as Conferências, os Conselhos e começar de novo a  
135 batalhar por tudo aquilo que já foi conquistado. Conselheira Rosa comenta que os  
136 usuários sempre cobram do gestor e não do prestador. Conselheira Ione coloca que fora  
137 a demanda reprimida existem pessoas que não conseguem chegar ao sistema. Cita a  
138 Saúde Solidária cuja verba o hospital aplica como quer. Já que existe um déficit  
139 orçamentário e uma demanda reprimida a lógica seria unir os gestores e os prestadores  
140 e atender o povo que tanto precisa. Conselheiro Osmar diz que o déficit existe e o gestor  
141 municipal leva a culpa. O hospital não atende por vários motivos. O Ministério Público  
142 deve investigar e acionar o Ministério da Saúde que não repassa as verbas devidas ao  
143 Estado. Conselheira Rosângela diz que o controle social deve atuar denunciando. A  
144 qualidade do atendimento prestado também tem que ser levado em conta. Dr. Joaquim  
145 Kliemann, Secretário da SMS, considera esta reunião extremamente proveitosa. Mostrou  
146 um trabalho que não é novo, mas que está sendo priorizado de modo diferente. Tem  
147 havido, de um tempo para cá, uma maior receptividade e compreensão por parte dos  
148 grandes prestadores. A participação do CMS na vigilância é fundamental. Há a  
149 necessidade de um movimento político mais potente em relação ao âmbito Federal pois  
150 há um déficit no cumprimento de sua parte nos contratos, de mais de 20% em relação ao  
151 que se recebe. O controle social tem que entrar nesta luta pois a política do Governo  
152 Federal não é contemplar o social. Dra. Ana coloca que o seu lema é "viver não é o  
153 mesmo que honrar a vida". A proposta era mostrar que com o trabalho de toda a equipe  
154 honramos nossa vida e de nossos familiares, colegas e com o controle social fazer os  
155 prestadores honrarem seus compromissos e refletirem sobre o valor das vidas humanas,  
156 suas e de seus familiares. Coordenador Humberto destaca que nunca houve tantos

157 representantes de hospitais em uma reunião. Espera que não fique só nisto. O controle  
158 social não é só o Conselho, se faz em tudo. Quando se fala em corruptores e corruptos  
159 grandes e pequenos lembrar que se faz em vários níveis. Fechamos os olhos para uns e  
160 abrimos para outros. Para fechar os buracos do queijo Suíço tem que ter atitudes firmes.  
161 Os políticos que trazem pacientes do interior os quais são internados sem passar pela  
162 Central de Marcação de Consultas são vistos como benfeitores. Finaliza destacando que  
163 o controle social é feito pelos quatro segmentos que compõe os Conselhos destacando a  
164 participação efetiva do Conselheiro Jairo Tessari, representante da categoria prestador.  
165 Finaliza agradecendo a todos que compareceram na plenária. Nada mais havendo a  
166 tratar a reunião encerrou-se às vinte e uma horas e trinta minutos.

167

168

169

Humberto José Scorza  
Coordenador do CMS/POA

Lenita Parisotto / Silvia Martins  
Secretaria Executiva

170

171

Ata aprovada na reunião do plenário do dia 18/07/2002.